

ENSINO SUPERIOR EM RONDÔNIA: MERCANTILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Rudhy Marssal Bohn

Mestrando em Educação na Universidade Federal de Rondônia-UNIR

Marilsa Miranda de Souza

Doutora em Educação – UNESP

Professora da Universidade Federal de Rondônia – UNIR

RESUMO

Este artigo faz uma análise sobre a mercantilização nas Instituições de Ensino Superior (IES) em Rondônia, partindo do pressuposto de toda a apropriação do Capital no processo de ensino Brasileiro. Os avanços da privatização do ensino ao longo de anos no Brasil, tem se mostrando uma forma de transferência do dever do Estado quanto ao oferecimento de Educação para a população. Com isso a educação tem se transformado em um nicho de mercado a grandes empresas, nacionais e internacionais, proporcionando um favorecimento a precarização do trabalho docente. É nesta perspectiva que apresentamos os dados referente ao processo mercantil e as consequências para a precarização do trabalho docente no Estado de Rondônia.

Palavras – chave: mercantilização, precarização, trabalho docente, Rondônia

INTRODUÇÃO

A educação no ensino superior privado teve grande crescimento nas últimas décadas. O início se deu com a abertura, no tempo da ditadura, com a Reforma Universitária de 1968, proporcionando investimentos de capitais nesse segmento da economia, ou seja, a educação passa a ser vista como negócio. A partir de então o crescimento do número de Instituições do Ensino Superior (IES) privadas foi vertiginoso passando estas a atender a grande maioria dos estudantes nessa faixa de ensino.

Ao longo de anos o Brasil, seguindo uma política neoliberal, busca de forma mercadológica, transformar a educação em um setor da economia que gera retorno para o capital.

A década de 1990 e o início do século 21 registraram um franco processo de expansão e de mercantilização do ensino superior, validado e incentivado pelos governos, de Cardoso a Lula, pautados no pressuposto

de que a educação é um “bem público”, sendo, portanto, um direito de instituições públicas e privadas oferecerem seus serviços educacionais à população. (PEREIRA, 2009)

A percepção de tal fala é embasada nos dados que encontramos referente ao avanço do setor da educação superior privada em nosso país.

Partindo desse avanço (crescente número de instituições privadas de ensino superior) e, inclusive, o forte aporte de investimentos de capital estrangeiro, pretendemos nos apoiar em dados apresentados pelo IBGE e pelo Censo sobre a Educação Superior Brasileira (2012), para demonstrar essa evolução e, conseqüentemente, como essa concessão da educação superior tem proporcionado uma precarização do trabalho docente.

Rondônia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conta com uma população de 1.562.409 pessoas, e estimativa para 2013 de 1.728.214, distribuídos em uma área de 237.590,547 km², com 52 municípios. (IBGE, 2010)

Não distante desse crescimento educacional o estado de Rondônia vem a cada ano aumentando os índices de vagas e cursos oferecidos em grande parte dos municípios, principalmente os que têm seus limites entre o eixo da BR 364, destacando-se Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes e Porto Velho, não nos esquecendo ainda dos vários polos de Educação a Distância (EAD) encontrados nos mais remotos municípios.

Investir na educação é uma obrigação do Estado, diante de sua responsabilidade com a população que este representa. Mas esse fato não é evidenciado, visto que abre mão da sua obrigação em investir na educação, transferindo para grandes instituições privadas o papel de oferecer em maior demanda as vagas no ensino superior. Percebe-se, neste ato, o quanto o Estado tem servido ao capital.

Na mercantilização da educação, bem como de outros setores, percebemos uma tendência do modo de produção capitalista, onde,

o capital é um modo de controle sociometabólico historicamente específico, cuja estrutura de comando deve ser adequada em todas as

esferas e em todos os níveis, por não poder tolerar absolutamente nada acima de si. (MÈSZÁROS, 2002).

É diante dessa abertura e expansão mercadológica do ensino superior, que pretendemos analisar tais fatos, e como isso tem contribuído a precarização do trabalho docente.

MERCANTILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Os investimento na educação superior, seguindo a lógica de privatização dos governos federais, proporciona uma crescente mercantilização do ensino. Neste sentido vale a explanação de Gentili para a questão quanto a privatização.

a privatização envolve uma dinâmica onde se combinam três modalidades institucionais complementares: 1) fornecimento público com financiamento privado (privatização do financiamento); 2) fornecimento privado com financiamento público (privatização do fornecimento); 3) fornecimento privado com financiamento privado (privatização total). (GENTILI, 1998)

O modo de produção capitalista expande-se para outras áreas da economia, que a princípio não fazem parte desta lógica de produção. O livre mercado, apoiado pelas políticas neoliberais, faz com que o investimento na Educação Superior se torne uma expansão do capital, visto que o Estado não consegue suprir a necessidade da demanda e nem se sente na obrigação de fazê-lo. (SCREMIN, 2005)

As instituições de ensino superior privado se direcionam para as demandas de mercado, onde a oferta tende a seguir a necessidade econômica de determinada região, não havendo preocupação com a formação social do homem diante da sociedade, tão pouco com a pesquisa e extensão, restringindo-se a promover uma mera reprodução do conhecimento.

Há uma necessidade (capitalista) em produzir mais-valia. Isso se torna uma relação natural dentro do processo educacional privatizado, onde o ensino passa a ser uma mercadoria, objetivando a obtenção de lucro.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O operário não produz para si, mas para o capital. De modo que já não basta que ele, pura e simplesmente, produza. Ele tem que produzir mais-valia. Só é produtivo o operário que produz mais-valia para o capitalista ou que serve para a autovalorização do capital. [...] um mestre-escola é operário produtivo quando não só cultiva as cabeças das crianças, mas se esfalfa para enriquecimento do empresário. (ANTUNES, 2013)

Dentro dessa lógica o docente vê a sua situação tornar-se precarizada vez que o maior custo de uma IES é com a mão de obra docente. Para reduzir custos de produção, a empresa sente a necessidade cada vez maior de aumentar a produtividade do trabalhador seja aumentando sua jornada de trabalho, seja atribuindo mais funções para serem desempenhadas, seja transferindo ao docente responsabilidades que ele se vê obrigado a cumprir em seu tempo livre, ou seja militando pela redução pura e simples da remuneração nos acordos coletivos anuais de reajuste de salário da categoria.

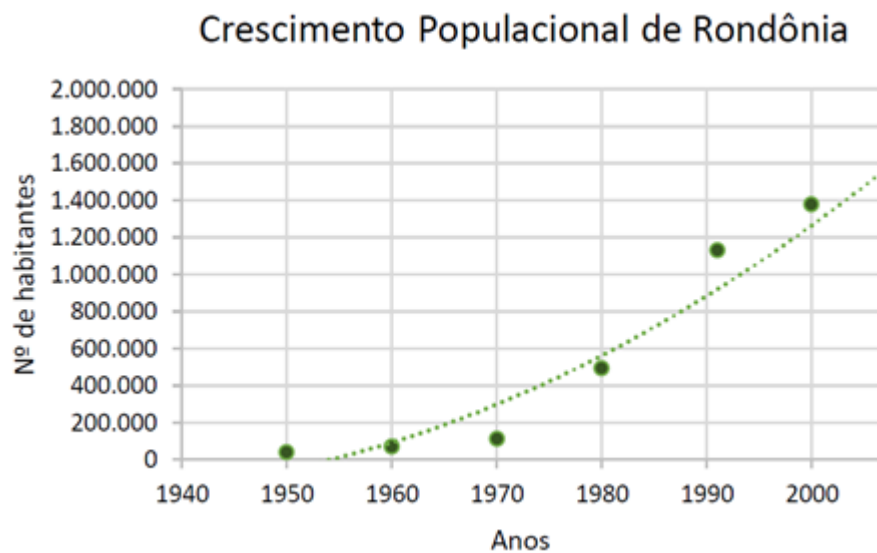
No desempenho de sua função docente o operário da educação vê o padrão taylorista/fordista dominar o sistema produtivo, bem como o processo de trabalho, buscando a produção em massa de mercadorias. A fragmentação e o parcelamento das atividades laborais reduzem a ação operária, reduzindo o trabalho “a uma ação mecânica e repetitiva” (ANTUNES, 2009, p.38 e 39). Essa ação acaba sendo adaptada ao trabalho intelectual dos docentes. Ali visualiza-se o processo de produção educacional, professores em suas esteiras de trabalhos, passando de sala em sala, representando o modelo industrial, perdendo-se a clara noção do processo educativo como um todo.

Isso é perceptível também no Ensino a Distância, no qual um docente localizado em um estúdio central ministra aula para um número de pessoas distribuídas pelos diversos municípios,

onde a IES possui polos. Esse único docente pode executar sozinho o trabalho de centenas de colegas que perdem espaço e carga horária, que resulta, obviamente, em redução da remuneração. Além disso, o conteúdo da aula se reproduz de forma idêntica nas várias regiões do país (e até em outros) sem considerar as especificidades regionais, a cultura local, a linguagem de cada região, etc.

REFLEXOS DA MERCANTILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO ENSINO EM RONDÔNIA

Rondônia apresenta um grande movimento demográfico populacional nos seus 30 anos de emancipação, sendo que mais de um milhão e meio de pessoas passam a ocupar seu território. Isso apoiado pelas políticas públicas nacionais que favoreceram a ocupação de terras nesta região, principalmente por famílias vindas do Sul e Sudeste.



Fonte: Atlas, 2002, p. 27. IBGE 2007, apud: Gov. Estado de Rondônia. Arranjo Produtivo Local: Pecuária de Leite de Ji Paraná. Disponível em: <mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248265804.pdf> Consulta em 17.05.2012.

Esse crescimento populacional, nos dá aporte para uma análise de todo o processo de crescimento do setor educacional nas IES privadas em Rondônia.

As constantes avaliações do ensino superior no Brasil, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo da Educação Superior (INEP) apresenta relatórios e pesquisas anuais, buscando avaliar a educação superior no Brasil.

É com base nesse processo de avaliação que apresentaremos neste ponto, o quanto o crescimento da educação superior privada em Rondônia cresce quantitativamente, ao longo desse processo de mercantilização da educação no Brasil, e conseqüentemente na Região Norte e em Rondônia.

A justificativa dos investimentos no setor de educação superior, está pautada nos altos índices de matrículas, onde as características que demonstram o crescimento quantitativo, sendo, aumento do número de instituições, de matrículas e de cursos, abaixo apresentamos a tabela com as estatísticas da evolução do ensino superior privado em Rondônia.

Estatística das IES do Setor Privado - Rondônia (2004 a 2011)								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Número de IES	21	23	24	26	27	28	29	30
% de crescimento	-12,50	9,50	4,30	8,30	3,80	3,70	3,60	3,40
Matricula nas IES	19.256	24.159	25.021	26.951	29.495	28.154	32.753	34.204
% de crescimento	14,57	25,46	3,57	7,71	9,44	-4,58	16,37	4,43
Vagas	16.247	16.039	15.579	17.547	18.941	23.684	21.436	21.405
% de crescimento	11,86	-1,28	-2,87	12,63	7,94	25,04	-9,49	-0,14
Candidatos inscritos	30.293	20.014	21.376	23.632	21.339	26.434	26.925	29.653
% de crescimento	9,82	-33,93	6,81	10,55	-9,70	23,88	1,86	10,13
Ingressantes	7.523	8.721	8.723	9.273	9.752	7.739	8.777	10.558
% de crescimento	-0,42	15,92	0,02	6,31	5,17	-20,64	13,41	20,29

Tabela 01 - Dados estatísticos das IES Privadas em Rondônia.

Fonte: Mec/Inep ; HOPER

Os dados apresentados mostram a constante evolução do crescimento em todos os níveis, mas seguindo a análise de Souza (2007) as vagas ofertadas são sempre maiores que a quantidade de preenchimento, apresentando alguns desencontros, “interesses dos estudantes e cursos oferecidos; incompatibilidade entre cursos oferecidos e interesses locais”.

Hoje o estado de Rondônia tem o 3º maior índice de matrículas nas instituições de ensino superior privado da região norte, sendo que 56% dessas matrículas estão concentradas em Porto

Velho, capital do estado e 44% no interior, onde a capital tem um população de 428.527, não nos adentrando nas questões referente a população em idade adequada ao ensino superior. (INEP, 2011 e IBGE, 2010)

A instituições de ensino superior privado, buscam a lucralidade constante, agindo assim, a grande maioria tende a trabalhar com o curriculum mínimo exigido pelo MEC¹, bem com utilizam os 20% permitidos para o ensino a distância, com isso economizam em mão de obra e custos em geral.

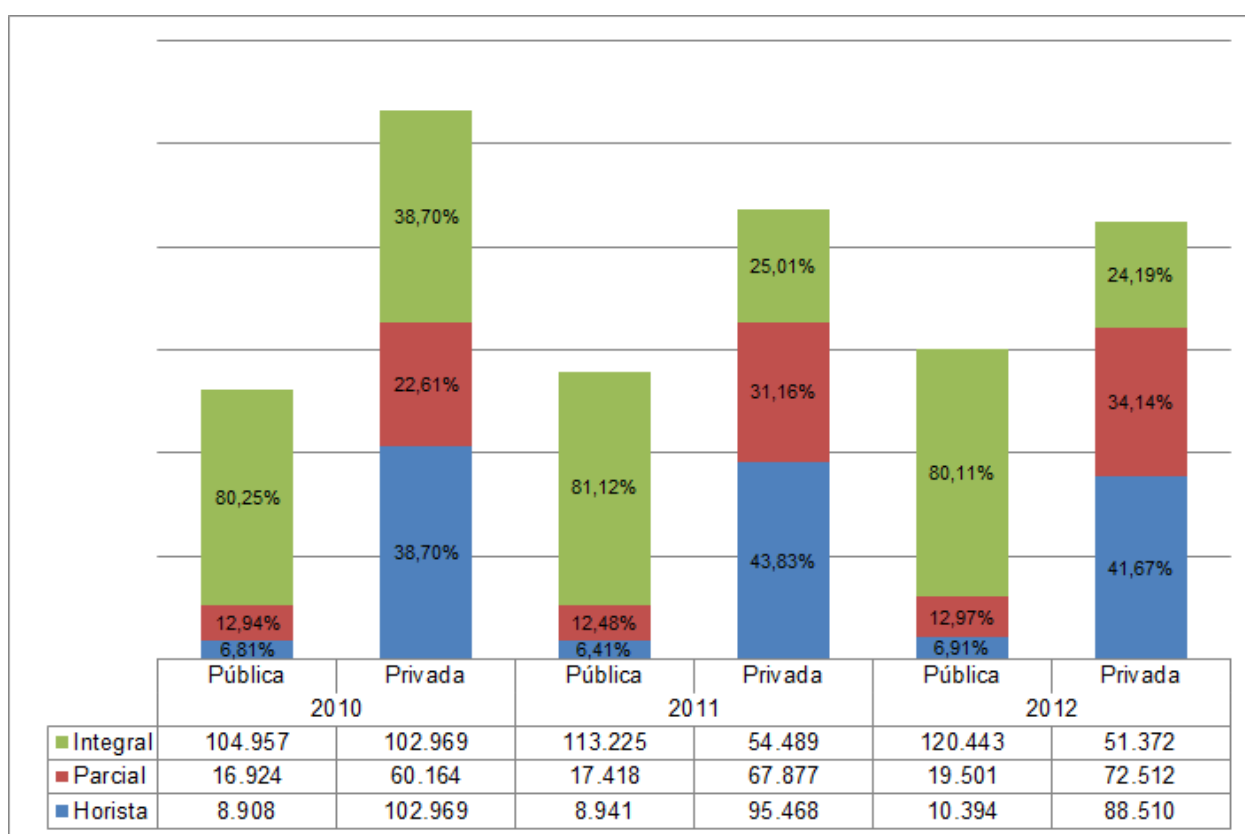


Gráfico 01 - Regime de trabalho em Pública e Privado no Brasil 2011.

Fonte: MEC/Inep.

O gráfico apresentado, representa a quantidade (porcentagem) de professores segundo o regime de trabalho no Brasil, visto que não há divulgação por estados, mas a tendência é a representação de tais indicadores no estado de Rondônia.

¹ A resolução nº 2 de 18 de junho de 2007, do Ministério da Educação, “Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial”, tal fato é levado a risca pelos IES privadas.

A precarização do trabalho docente se torna evidente, junto aos professores horistas, visto que há uma prolongação da jornada de trabalho, sendo que estes acabam desenvolvendo atividades extra-sala (correções de atividades, planejamento, etc) sem a devida remuneração.

Não obstante a essa lógica de precarização, o ensino à distância cresce aceleradamente no estado, pois no processo capitalista, essa modalidade proporciona uma economia para as instituições, visto que diminui a quantidade professores, infraestrutura de sala de aulas, biblioteca e demais ambientes necessários a uma instituição presencial.

O avanço de capital estrangeiro e as fusões entre empresas educacionais, tem sido constantes no Brasil, demonstrando o grande investimento nesse setor. Em 2013, foi anunciada a fusão entre Kroton Educacional S.A. e Anhanguera Educacional, “considerada pela mídia especializada como a criação do maior negócio de ensino do mundo”, englobando um número em torno de um milhão de estudantes, no ensino presencial e à distância. Essa relação econômica acaba caracterizando um futuro um tanto tenebroso para o ensino superior no Brasil. Será uma formação de um cartel do ensino privado?

CONCLUSÃO

Segundo o artigo 205, da Constituição Federal, “A educação, direito de todos e dever do Estado”, sendo de fundamental importância para do desenvolvimento econômico e social de uma Nação. O que se observa, no entanto, é que o “dever do Estado”, tem se tornado a cada dia uma forma de favorecimento ao capital estrangeiro. Há uma transferência, à moda neoliberal, de transferir para a iniciativa privada, de qualquer origem (nacional ou estrangeira), dever constitucionalmente previsto como sendo do Estado. A educação passou a ser tratada como negócio, e mercadoria no processo do crescimento da mercantilização do ensino superior.

Precisamos nos preocupar “com a formação de profissionais/cidadãos, não apenas para o mercado, mas principalmente para uma sociedade democrática com o máximo de justiça e igualdade sociais”. (SGUISSARDI, 2008). Ainda necessário se faz pensar se a formação educacional e cultural de um país pode ser delegada a empresas transnacionais, regidas pela lógica exclusiva do capital.

Como base ideológica, a educação nos dá suporte a resolução de problemas sociais e econômicos, não nos esquecendo o questionamento diante do capital e sua acumulação de riquezas, gerando uma grande miséria social. (PEREIRA, 2009) Há uma necessidade de reflexão com todo esse processo de mercantilização do ensino superior, sendo necessário superá-lo, fugindo da ideia que o processo mercantil/privatizado trará benefícios para a população.

O Capital proporciona que as diferenças sociais sejam minimizadas em certo sentido. Em uma sociedade de classes, a educação voltado para a busca do lucro se propõe a atender diferentes classes. O que importa é a capacidade de pagamento das mensalidades escolares. Como reflexo e consequência, a mercantilização do ensino faz com que a dominação do poderio econômico, reproduza a ideologia da dominação. (LOMBARDI, 2006).

Pode-se, certamente, observar que um povo com um grau maior de formação tenderá a ser socialmente e economicamente favorecido, pois tenderá a ter seu desenvolvimento incrementado.

Esse fator, no entanto, não minimiza o fato de que a educação está sendo relegada ao capital e à sua lógica, trazendo como consequência a precarização do trabalho docente que se transforma em mero reprodutor de “pacotes” de conhecimento produzidos nos centros de “inteligência” localizados em qualquer parte do mundo.

REFERÊNCIA

ADUSPNET. **Fusão Kroton-Anhanguera, cartel do ensino privado.**

<<http://www.adusp.org.br/index.php/sem-categoria/1650-fusao-kroton-anhanguera-cartel-do-ensino-privado>> Acessado em: 30-03-2014.

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho II: escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL; MEC. **Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de Junho de 2007.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jun. 2007. Seção I, p. 6. Disponível em URL: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>

- CHAUI, M. **A universidade em ruínas**. In: TRINDADE, H. (Org.). Universidade em ruínas na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999.
- GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- HOPER. Análise Setorial do Ensino Superior Privado. 2013.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior Brasileira. Resumo Técnico, 2010**. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf> Acesso em: jan/2014.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior Brasileira. Resumo Técnico. 2011**. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf> Acesso em: jan/2014.
- LOMBARDI, J. C. **O velho discurso que rege a história da educação**. Jornal da Unicamp, Campinas, p. 4 - 5, 25 ago. 2006.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Campinas: Editora UNICAMP, Boitempo, 2002.
- PEREIRA, L. D. **Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social**. Revista Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 268-277. 2009.
- SCREMIN, L.; MARTINS, P. P. **O processo de mercantilização da Educação Superior**. Revista da UFG, Vol. 7, No. 2, dezembro, 2005.
- SGUISSARDI, V. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, nº 105, p. 991-1022, dez. 2008.
- SGUISSARDI, V.; SILVA JR, J. R. **O IMPACTO DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**. Rev. da ADUSP, S. Paulo, v. 19, n.19, p. 46-54, 2000.
- SOUSA, A. da S. Q. **A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE RONDÔNIA 1991 2004**. In: XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Porto Alegre. Cadernos ANPAE, 2007.